

A Face do BB: público ou privado?

Os funcionários do BB vivem o dilema de conviver em uma empresa que passou e continua passando por diversas reestruturações, culminando com sua perda de identidade estatal.

O Banco ora se apresenta como empresa pública, ora como privada, inserindo no seu ambiente novos padrões de gestão/ organização acelerando a precarização, terceirizações, pressão por metas em tempo real, assédio moral e produzindo, cada vez mais, lucros exponenciais e adoecimentos.

Ser funcionário do BB já foi desejo de muitos jovens e seus familiares, representava a realização de um sonho. A qualidade do emprego e do salário davam o tom de uma empresa pública cumpridora com seu papel social, de fomentar a economia produtiva do País e alcançava seus lucros sem precarizar a relação de trabalho. Não foi por acaso que gerações de empregados do BB construíram as principais entidades desse país: CASSI, PREVI, ANABB, COOPERFORTE, AABBs etc. Chegou a inspirar o programa social “**Fome Zero**”, do Governo Lula, através dos comitês de cidadania espalhados pelas diversas regiões, onde se combatiam a fome e a miséria, através da doação de alimentos (vale ticket), roupas, criação de cursos profissionalizantes e padarias comunitárias, tudo com a efetiva participação popular no processo de inclusão social.

Os funcionários inauguraram o voluntarismo como marca de suas ações sociais. Momentos em que o **Coleguismo** e a **Solidariedade** eram conjugadas no ambiente de trabalho, nas disputadas de rumos salariais (greves) e políticas públicas para o País. Juntos sempre fomos mais fortes, combativos e conquistamos o nosso valor social.

Mas vieram as metamorfoses ambulantes das últimas décadas do século passado, redefinindo gradativamente novos paradigmas conduzindo o banco às



bom para poucos

- sinergia
- metas abusivas
- BB mais
- redução do PCS
- retirada de
- direitos
- terceirizações
- adoecimento
- assédio moral
- descaso com a Cassi
- perdas salariais
- falta de funcionários nas agências
- reestruturações
- baixos salários
- falta de isonomia plena
- banco de mercado
- correspondentes bancários
- ações anti-sindicais
- incorporações de bancos

necessidades do mercado financeiro e às oportunidades de negócios.

Produzir cada vez mais, pelo menor custo foi a tônica da história política de vários governos com visão neoliberal (Collor 1990-1992 / Itamar 1992-1993 / FHC 1994-2002) consolidando as bases de acumulação de capital e flexibilização.

Veio a redução de funcionários, arrocho salarial, reajustes “ZERO”, PVDs (Planos de Demissão Voluntárias), diminuição do PCS, retirada do anuênio, adoecimentos, suicídios e a transformação de um banco movido por outros valores e por um novo perfil de bancário. Surgem, dessa forma, os novos funcionários (pós-98), discriminados pela falta de isonomia de direitos, apelidados de “genéricos”. A partir de 2003, com o Governo Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2014), a opção da alta administração do Banco

foi de manter intocada a dinâmica de semelhanças do funcionário do BB aos demais bancos da iniciativa privada, preservando o dinamismo mercadológico. Potencializar carteiras de clientes compradores de produtos e ampliação de novos postos de trabalho via correspondentes bancários, casas lotéricas, “Banco Mais” etc., para atender o segmento “baixa renda”, em detrimento do segmento alta renda, atendidos de forma personalizada dentro das dependências do banco.

O BB ousou comprar bancos (BESC, BEP, Nossa Caixa), quando poderia ampliar seu quadro funcional, via concurso público, evitando problemas de ordem estrutural. Esses “novos funcionários” oriundos desses bancos, possuem realidades sociais diferentes dos funcionários do BB, tanto do ponto de vista da previdência, como da assistência à saúde. Fechou os

“ Um país que conhece seu passado, não deve repetir erros no presente, se quiser pensar no futuro. ”

Campanha Salarial 2014

Página 3

Terceirização

Página 4

Segurança Bancária

Página 6

A face do BB

ambulatórios nos principais prédios do País e ampliou a participação estrangeira no capital do Banco, atingindo o patamar de 30%.

Nesse período, embora os reajustes salariais tenham ficado acima da inflação, tivemos muitos problemas estruturais e greves históricas. Buscamos resgatar as perdas salariais de períodos anteriores, onde diversas categorias de trabalhadores obtiveram essa conquista (Polícia Rodoviária Federal, BACEN, Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica), elevar o PCS, por fim à lateralidade e à vergonhosa falta de isonomia plena entre duas gerações (pré e pós-98). A luta também priorizou o custeio da CASSI, insuficiente para cobrir despesas dos funcionários, que adoecem pelas péssimas condições de trabalho.

A desconstrução desse modelo que infelicita os bancários, porém, não ocorrerá apenas pela vontade do Sindicato e suas lideranças, mas pela participação de todos no dia-a-dia, nos locais de trabalho com **participação solidária** nos momentos que tivermos que denunciar, parar nossas atividades, lutar por qualidade de vida, exigir respeito e reivindicar melhorias para todos.

A geração pré-97 estará se extinguindo, levando a memória de muita luta política pela redemocratização do País, defesa de nossas entidades, valorização das melhorias salariais e conquista de direitos. Mas grandes desafios virão, especialmente na preservação do maior fundo de pensão da América Latina – a

PREVI -, que poderá estar na mira do Estado para atender outras finalidades; a CASSI, que ainda preserva o último reduto de solidariedade; e criar as condições necessárias para que as novas gerações de funcionários possam se aposentar no banco.

O novo mandato de Dilma Rousseff terá que ser aproveitado na perspectiva da palavra de ordem da população por **mudanças**. A **reforma política** será o principal desafio, diante de um modelo político que não consegue dialogar mais com a sociedade.

O movimento sindical deverá atuar de forma autônoma frente aos partidários políticos e priorizar agendas de diálogo com o governo, apontando e apoiando temas recorrentes, mas também o papel dos bancos públicos com suas atividades e os interesses da sociedade brasileira. O BB não deve ser um mero vendedor de produtos e de empréstimos. Tem a função de atuar em investimentos sustentáveis, gerando riquezas para o País, ampliando seu lucro através do fomento. Tem que rever suas estratégias de gestão priorizando melhorias salariais, resgatando direitos, as atuais condições de trabalho, jornada de trabalho de seis horas e o desmantelamento do seu quadro de carreira. Não podemos limitar o nosso futuro apenas com as campanhas salariais. É preciso ousar e reescrever uma nova página na história secular do BB com o fortalecimento dos seus funcionários com novas estratégias de luta.



A luta pela devolução do superávit



Audiência pública discutiu direito do Banco sobre superávit da PREVI

Representantes do governo, das entidades de previdência complementar e dos beneficiários discordam sobre a Resolução 26/20080, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), que permite ao Banco se apropriar de 50% do superávit acumulado da PREVI.

Em audiência pública, realizada no semestre passado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi discutido o projeto (PDL 275/2012) com objetivo de sustar a resolução. Tal projeto argumenta que o CGPC extrapolou seu poder de regulamentação e ignorou a Lei Complementar 109/2001.

"Estamos tentando que esta Casa devolva a si mesma o privilégio de legislar. Entendemos que a resolução extrapola a legislação ao prever o instituto da reversão de valores, que não está previsto nas leis" afirmou Isa Musa de Noronha, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil (FAABB). Na opinião dela, a resolução gera insegurança jurídica

e há o temor de que os patrocinadores alterem regulamentos para produzir resultado superavitário às custas dos contribuintes e gerar reversões.

A apresentação do projeto foi motivada pelo pedido de entidades ligadas a beneficiários dos planos de previdência complementar. Durante a audiência foram entregues à comissão as assinaturas de cerca de 80 mil pessoas que apoiam o projeto e querem que a resolução seja sustada.

O funcionário aposentado do BB e ex-deputado, Ruy Brito, assessor Previdenciário da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado (AFAB), disse considerar que a resolução agride o ordenamento jurídico, os fundamentos econômicos e os valores éticos e morais. Para ele, o papel do patrocinador não pode ser confundido com o do beneficiário. "Ao prever a devolução ao patrocinador de uma contribuição que ele já repassou a terceiros, a resolução está promovendo enriquecimento ilícito da empresa", disse Brito. (Fonte: Agência Senado)

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Bancários da Bahia, exclusivo para os funcionários do Banco do Brasil. Editado e publicado sob a responsabilidade da diretoria da entidade. Diretores Responsáveis: **Olivan Faustino, Humberto Almeida, Fábio Ledo, Antônio Silva** - Presidente: **Augusto Vasconcelos** - Diretor de Imprensa: **Adelmo Andrade** - Jornalista responsável: **Ney Sá Reg.** MTE 1.164-BA. - Projeto Gráfico: **Vicente Duque** - Editoração: **André Brandão Neves** - Fotos: **Arquivo SBBA** - Impressão: **MutiGraf** - Tiragem: 5 mil exemplares. Edição fechada em 19.12.2014.

A greve e as reivindicações

A alta lucratividade do BB não se transforma em ganhos, em melhorias das condições de trabalho, nem resgata direitos rebaixados, como o PCS que se tornou um dos mais baixos do mercado (3% - redução do interstício), isonomia plena para os novos funcionários e nem um piso de ingresso digno e compatível com a realidade do que se produz.

A busca do funcionalismo é por dignidade e melhorias na qualidade de vida. A pauta de reivindicação (índice de 12,5% de reajuste e as especificidades) foi entregue em agosto. Porém, a desfaçatez e enrolação da direção do banco não trouxe propostas substantivas, apenas se escudando no índice apresentado pela Fenaban.

Nesse clima de desrespeito, mais uma vez, os bancários tiveram que paralisar suas atividades. A greve teve início, no dia 30 de setembro e a Bahia teve cerca de 876 agências fechadas. Os funcionários das PSOs



Mobilização na Bahia garantiu o fechamento de agências na capital e interior

(Plataforma de Suporte Operacional) tiveram participação de destaque. O movimento se estendeu para outras capitais, contribuindo para que, logo após os cinco dias de greve, o banco apresentasse nova proposta. Além disso, também os caixas e escriturários ampliaram o movimento grevista deixando de registrar o ponto eletrônico. A Fenaban marcou rodada de negociações seguida de propostas do BB e CEF, apresentando reajuste salarial



Na iminência da deflagração da greve, apresentaram numa rodada de negociação algo patético diante da mobilização do funcionalismo:

- Ratificação do índice de 7% nos salários; 7,5% no piso e benefícios apresentado pela FENABAN no dia 19.09.2014;
- O banco se compromete a bloquear, até dezembro de 2014, o acesso às estações de trabalho para todos os funcionários que se encontrarem com a jornada encerrada no ponto eletrônico;
- Disponibilizará aos funcionários o pagamento do Vale Transporte ou seu valor correspondente em dinheiro, observadas as regras do programa;
- Ausências dos delegados sindicais para o exercício de atividade sindical – código 476 – não vão interromper a contagem da pontuação por mérito;
- Novo curso “Conciliação: Mediação para Gestores” passará a ser pontuado nas oportunidades do sistema TAO para concorrências às funções de Gerente Geral em Unidades de Negócios;
- O Banco desenvolverá curso sobre assédio moral e sexual, incentivando a realização dos mesmos para todos os funcionários;
- O Banco disponibilizará no mínimo 30 turmas da Oficina Gestão do Clima Organizacional, a fim de capacitar gestores a aprimorar o clima de suas unidades na forma das instruções normativas internas.

Itens que foram acrescidos em relação a proposta anterior do BB:

- Contratação de 2.000 funcionários, sendo 1.000 até 31.12.2014;
- Substituição de Gerentes de Módulo nas PSOs por caixas, além de funções gerenciais nas Unidades de Negócios com apenas uma Gerência Média;
- O Banco vai retroagir até 1º setembro de 2005 a pontuação do mérito dos caixas. Os efeitos financeiros e o pagamento serão retroativos a 1º de setembro deste ano;
- Elevação de 52% do valor da Unidade de Saúde (de R\$ 0,36 a R\$ 0,55);
- Pagamento de VCP (Vantagem em Caráter Pessoal) por 120 dias para descomissionamentos de funcionários que tenham mais de 5 anos na comissão, exceto por sanção disciplinar.

e demais verbas para 8,5% e piso de 9%, com 12,2% no vale-refeição. Tanto a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), quanto outras tendências do movimento sindical, que fazem parte do “Comando Nacional”, eram contra a aceitação do acordo, mas foram vencidas por 15 votos a 7. A aprovação do acordo pelas diversas assembleias impossibilitou a continuidade da greve, que foi suspensa no dia 6 de outubro.

Para a realidade dos bancos públicos, especialmente no que se refere à pauta específica, o resultado ficou aquém das necessidades. O diretor do Sindicato, Humberto Almeida, criticou a postura da maioria do “Comando Nacional” ligados à Contraf/CUT pela condução do movimento grevista.

Olivan Faustino avalia que os segmentos que tiveram atenção por parte do Banco, nas últimas campanhas salariais, foram aqueles que paralisaram suas atividades e incomodaram a direção do BB (Centrais de Atendimento, caixas, escriturários e agora, os PSOs). A gerência media já possui uma perda na comissão em torno de 13%, por conta

da acomodação, medo e pressão dos administradores.

Diante do caos nas agências, com o aumento das demandas e a dotação de funcionários defasada, o DEST (Departamento das Estatais) já aprovou ampliação de mais funcionários para o BB, que poderão chegar a 120.000, ou seja, representa mais 7.000 novos funcionários.

Fabio Ledo, que participou das negociações com o Banco, destacou pontos importantes que fazem parte do acordo e deverão ser objeto de denúncia por parte do funcionalismo, haja vista que fazem parte do acordo.

A Fenaban assumiu compromisso de acabar com a cobrança de resultados por meios eletrônicos e plataforma digital. Anteriormente, existia a proibição da publicação do ranking individual de resultados e da cobrança de metas através do SMS. Agora, qualquer plataforma como WhatsApps, celular e redes sociais não serão permitidas. Dessa forma, os bancários poderão registrar qualquer tentativa de cobranças via celular e efetivar a denúncia ao Sindicato.

Resgatar direitos e manter concurso público

O tema terceirização vem ocupando cada vez mais espaço nos debates sobre a reorganização do trabalho, constituindo-se numa das principais práticas do processo de reestruturação produtiva. Tal fenômeno, ainda que apresente nova configuração, não é novidade nas sociedades de capitalismo flexível. Sua utilização remonta ao início da Revolução Industrial (século XVIII).

A terceirização extingue gradualmente a dignidade e a própria vida dos trabalhadores. O desrespeito à dignidade das pessoas que vivem do trabalho tem como limite, no Brasil, o trabalho análogo ao escravo, crime previsto no artigo 149 do Código Penal que, se praticado pelo empregador, extingue o contrato de emprego. Diversos indicadores apontam a forte relação entre a terceirização e a ocorrência de trabalho análogo ao escravo e acidentes de trabalho fatais no Brasil.

A terceirização é uma estratégia de gestão do trabalho que objetiva driblar limites impostos ao assalariamento. É essa relação que explica a ampla prevalência de terceirizados entre aqueles que morrem trabalhando e que são submetidos a condições análogas à de escravos.

O volume de acidentes é refletido no número elevado de emissão de Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), informações do INSS, dados dos empregos formais do IBGE (baseados na RAIS), além de relatórios de fiscalização referentes a acidentes fatais.

Call center

Os Call Centers terceirizados são campeões em precarização, adoecimentos e reparação judicial. A empresa Grenit, contratada pelo BB, que atua na área de telemarketing, é um exemplo do maltrato aos teleoperadores. A empresa – com escritórios em algumas capitais do País (São Paulo, Recife, Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro), possui uma unidade em Salvador, prestando serviços ao Banco do Brasil -, o seu cliente mais relevante, porém desprezível em termos de ética e atendimento ao cliente.

A empresa atrasa o pagamento dos salários, das férias, do depósito do FGTS. Além disto, também atrasa o fornecimento dos benefícios de



Lideranças sindicais, Fundacentro e funcionários da Grenit entregam dossiê à SUPER-BA



O Sindicato dos Bancários da Bahia vem atuando firmemente contra o PL 4330, que busca a legalização das terceirizações no País, sem diferenciar atividade fim da atividade meio.

Através de ações políticas, campanhas nacionais e muita pressão das centrais sindicais, foi possível adiar a votação do Projeto de Lei no Congresso. Porém, novos embates ocorrerão via STF (Supremo Tribunal Federal), que busca discutir a estruturação ou a desestruturação do mercado de trabalho. Além das mobilizações nacionais, o Ministério Público tem se incorporado a essa luta contra as terceirizações, via teses jurídicas que apontam os malefícios dessa legalização.

Para a doutora e pesquisadora em ciências sociais, Graça Druck, o debate e a divulgação sobre os malefícios da terceirização são cruciais para o combate da prática. Ela alerta ainda, que os terceirizados são tratados como trabalhadores de segunda categoria e têm a mesma responsabilidade dos bancários.

Entre 2010 e 2013, nos 10 maiores resgates de trabalhadores em condições análogas ao escravo, 90% eram trabalhadores terceirizados, além do número acentuado de acidentes do trabalho com vítimas, baixos salários, adoecimentos e muita rotatividade.

alimentação e vale transporte. A Grenit também deixa de pagar o plano de saúde e odontológico, gerando impedimentos de utilização.

A terceirizada possui mais de 500 funcionários em péssimas condições de trabalho, com denúncias no MP de assédio moral, atrasos de salários, não pagamento de vale transporte, refeição, FGTS e INSS. Diversas lideranças (sindicatos de bancários, Sintel, Fundacentro e representantes de terceirizados) entregaram dossiê à SUPER-BA, que o encaminhou à Diretoria de Apoio aos Negócios e Operações (DINOP) para as devidas providências.

Falsidade

O terceirizado da Grenit é orientado a atender o cliente, anunciando ao telefone que é uma “central de atendimento do Banco do Brasil”.

Enquanto isso, falta funcionário concursado na Central do Atendimento no prédio do Comércio (CABB) para as demandas do banco. Com investimentos de R\$ 2 milhões nessa moderna central, o BB prefere apostar em futuras ações judiciais e expor sua imagem de irresponsabilidade social. Hoje, a CABB está sendo esvaziada gradativamente, na medida em que os funcionários são transferidos para outro setor, não havendo a reposição da vaga.

Enquanto que em São Paulo foram preenchidas 80 novas vagas. "Está havendo interferência política, no sentido de atender interesses outros, comprometendo as necessidades de determinados Estados e dos seus funcionários", avaliou o diretor do Sindicato, Antonio Silva.

Perícia do INSS e adoecimento bancário

As transformações ocorridas no mundo do trabalho via flexibilização, terceirizações, redução de postos de trabalho, pressão por metas, assédio moral, insegurança e jornada acima das seis horas diárias, especialmente, do sistema financeiro ocasionou mudanças no perfil de adoecimentos e afastamentos dos bancários.

De acordo com dados estatísticos de 2013, do Ministério da Previdência Social, os transtornos mentais e comportamentais saíram na frente de todas as outras causas de afastamento da categoria, representando 27% do total de benefícios, com um número de 5.042 casos. As doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo vieram em segundo lugar, com 4.589 casos, ou seja, 24,58% do total. É a categoria mais acometida pela prática de assédio moral conforme informações do MPT (Ministério Público do Trabalho).

No caso do BB, o ônus financeiro dos adoecimentos chega também à porta da CASSI, que já apresenta déficit operacional por conta do seu custeio insuficiente e assume a irresponsabilidade da política de um banco de mercado. As demandas da entidade têm aumentado em virtude do elevado número de adoecimentos e de funcionários que fazem uso de remédios tarja preta para cumprir as metas. Enquanto isso, o Banco continua descumprindo a última reforma estatutária da CASSI (2007), referente um plano odontológico de qualidade, administrado pela entidade.

Responsabilização

Ministério da Previdência e Saúde precisam mudar a legislação, na perspectiva de imputar os custos sociais dos trabalhadores às empresas que o adoecem, rediscutindo a jornada de trabalho, na perspectiva de geração de mais empregos, melhorias da qualidade vida, redução de acidentes e na obtenção de resultados nas políticas de prevenção

de doenças crônicas. Ações propositivas de incentivos fiscais para as empresas que mantêm trabalhadores saudáveis e punir, aquelas que possuem um número significativo de afastamentos.

Além disso, a relação de alguns médicos peritos do INSS e trabalhadores afastados foi deteriorada pela própria política adotada pelo INSS. Para muitos colegas bancários, que convivem com adoecimento, “ir para uma perícia é a mesma sensação de entrar numa delegacia de polícia e ser tratada como um meliante”, enfatizou o funcionário afastado (TN). Não se pode entrar na sala do médico acompanhada e as denúncias sobre o comportamento da maioria dos peritos é atender de forma desumana, cujo parecer é diagnosticado pela aparência da roupa, dos cabelos, cor do batom, do rosto, do que, por uma avaliação física / mental do histórico pregresso do paciente.

Não há especialidades médicas para determinadas situações de diagnóstico, caso das LER/DORT e problemas mentais. Situação em que, no lugar de um ortopedista, reumatologista, há urologista, cardiologista etc. Não há psicólogos ou psiquiatras. O perito se apresenta sem identificação, sem crachá e boa parte deles age com desfaçatez ao atender um trabalhador fragilizado pela perda da saúde.

Lamentavelmente, alguns peritos médicos têm a postura apenas de validar ou não o benefício do trabalhador, com total descaso e contra a dignidade dos pacientes. Esquecem que são funcionários públicos remunerados, pela população brasileira.

Denuncie ao Sindicato, a Ouvidoria da própria Previdência (135), site da Previdência os atos praticados por alguns peritos. Grave o diálogo com o perito e busque seus direitos juridicamente. Não se pode amordaçar o sofrimento e a dor de quem trabalha para construir um país melhor.



Preencha a CAT

A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) é o documento que informa ao INSS que o empregado adquiriu doença ocupacional, mental ou foi vítima de acidente de trabalho. A emissão da CAT assegura ao trabalhador o direito de afastar-se do emprego para tratamento de saúde, receber benefícios como o auxílio-doença-acidentário e ser readaptado para exercer outras funções. Assalto à agência, sequestro também caracteriza-se como acidente de trabalho, porque pode desencadear problemas de saúde de ordem psíquica e emocional imediatamente ou dias após o acontecido, devendo ser emitida a CAT. Uma outra ocorrência que deve ser preenchida a CAT é quando ocorre acidente de trajeto (casa ao trabalho e vice-versa).

O bancário atingido por doença ocupacional ou acidente de trabalho deve guardar cópias de toda documentação referente ao caso, como receitas médicas, resultados de exames, relatórios feitos pela perícia do INSS ou prescrição de licenças médicas. Se o trabalhador vier a ingressar na Justiça com ações acidentárias contra o INSS (quando o nexo causal é negado e acarretar prejuízos ao funcionário) ou ações de reintegração contra o banco, se for demitido sendo portador de doença ocupacional ou vítima de acidente de trabalho.

O preenchimento da CAT deve ser feita pela empresa (conforme Lei Previdenciária 8.213/91 – at. 22º), havendo ou não afastamento. Na hipótese da empresa se negar, o próprio trabalhador poderá preencher ou procurar o seu sindicato, CASSI, DRT, profissionais de saúde de sua confiança.

O formulário pode ser impresso via site – www.mpas.gov.br. mesmo que não haja afastamento das atividades, a empresa é obrigada a informar à Previdência Social todos os acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência. Em caso de morte, a comunicação deve ser imediata.

CÓDIGOS ADMINISTRATIVOS MAIS UTILIZADOS PELO INSS

- B31-** Concessão de Auxílio Doença Previdenciário
- B32-** Concessão de Aposentadoria por Invalidez Previdenciário
- B91-** Concessão do Auxílio Doença por Acidente do Trabalho
- B92-** Concessão de Aposentadoria por Invalidez por Acidente Trabalho
- B94-** Concessão do Auxílio Acidente por Acidente do Trabalho

Falta investimento em prevenção



Explosões nas agências colocam em risco a vida das pessoas

A iminência de um sequestro relâmpago envolvendo bancários, familiares, clientela, explosões nos caixas eletrônicos, assaltos às agências bancárias, balas perdidas dentro e fora das dependências são fatos que vem transformando a vida dos trabalhadores num verdadeiro calvário emocional, gerando medo, síndrome do pânico, depressão e afastamentos. Tal situação ainda mais agravada em dependências espalhadas pelo interior dos estados. O

tema foi objeto de audiências públicas realizada pelo Sindicato e continuará sendo ponto de pauta junto ao BB e a Fenaban.

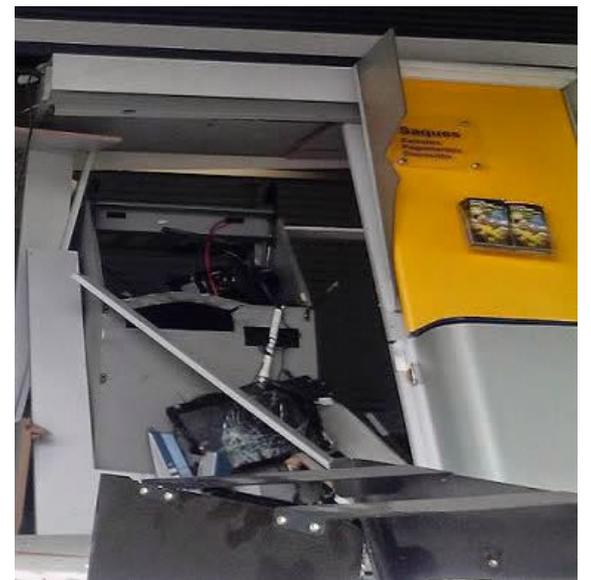
As estatísticas do primeiro semestre de 2014 apontam 1.693 ataques a bancos em todo o País. Nesse mesmo período 32 pessoas morreram em virtude de ocorrências. Além disso, muitas agências funcionam sem vigilantes e porta giratória, o que facilita a vida dos criminosos. Em 2014 já foram

registrados cerca de 245 ocorrências na Bahia.

Para o secretário do Sindicato dos Bancários da Bahia, Oliven Faustino, é intolerável e preocupante conviver com duas realidades distintas em nosso País: de um lado a alta concentração de renda do sistema financeiro, onde os bancos atingem lucros exponenciais às custas das desigualdades sociais, da necessidade do crédito fácil e venda de produtos, sem investimentos adequados na área de segurança, especialmente, na área de tecnologia e serviços de inteligência; do outro, a população pagando impostos extorsivos, juros elevados, tarifas bancárias.

A soma do lucro registrado por quatro bancos brasileiros em 2013, chegou as cifras de US\$ 20,5 bilhões, é maior que o Produto Interno Bruto (PIB) estimado de 83 países no mesmo ano, segundo levantamento feito com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Só o Banco do Brasil atingiu 15,8 bilhões no ano passado; 5,5 bilhões no primeiro semestre de 2014. Em contrapartida vem reestruturando as RESEGS (Regionais de Segurança) com um quadro funcional

cada vez menor, baixos salários e aumento de responsabilidades. Aquém de sua importância estratégica das demandas que chegam, onde parte dos poucos existentes estão num novo setor (DAV – Divisão Avançada) no Prédio da Cidade Alta – gerido pela Diretoria de Segurança Institucional – DIGES - Brasília(DF), fragmentando ainda mais esse importante setor. Enquanto as grandes empresas buscam ampliar e modernizar sua estrutura de segurança com mais funcionários capacitados, valorizados e tecnologias avançadas, o banco segue o caminho inverso: o da precarização com redução de funcionários. Até as cópias das gravações das filmagens de segurança das agências tem que ser solicitadas via PSOs e os novos modelos de agências continuam sem a porta giratória com detector de metais.



Incapacidade do Estado e falta de investimentos do BB facilitam ações dos bandidos

Assédio é destaque na mídia

36 ECONOMIA SALVADOR, SÁBADO 18/2/2014 A TARDE

PUNIÇÃO Ação foi motivada por denúncias encaminhadas por funcionários ao Sindicato dos Bancários

Justiça do Trabalho obriga BB a pagar R\$ 2 milhões por assédio moral

JULIANA BRITO

O Banco do Brasil foi condenado na Bahia pela Justiça do Trabalho por prática de assédio moral. A instituição vai ter que pagar R\$ 2 milhões de indenização por danos morais coletivos e terá que realizar medidas de reparação, entre elas um pedido de desculpas públicas aos funcionários. A sentença da juíza titular da 34ª Vara do Trabalho de Salvador, Ana Paola Diniz, é uma resposta a uma ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, em 2011. O processo foi motivado por denúncias de dois funcionários do banco ao Sindicato dos Bancários da Bahia. "Essa ação serve para coibir essa prática nos bancos, inclusive nos públicos", afirmou o presidente do sindicato, Eudides Fagundes. O BB poderá recorrer da decisão, que tem validade nacional. O desobediência



Banco afirma que possui política interna para apuração de denúncias

Pesquisadora diz que o problema é subavaliado

Dados dos Sindicato dos Bancários da Bahia apontam que 18% dos trabalhadores tomam medicação controlada para lidar com o estresse. Para Petilda Vasquez, socióloga especialista em assédio moral, esse número está subavaliado e desconsidera aqueles que passam pelo problema mas não estão sob tratamento, expressando-o através do alcoolismo e de comportamento agressivo. Petilda atribui o crescimento das doenças ocupacionais e mentais a uma "ideologia da competência", que não respeita os limites físicos do trabalhador e de tempo. Para ela, o cenário de hoje é um retrocesso à luta por uma jornada menor há cem anos.

Reestruturações nas GECEXs

A alta gestão do BB continua utilizando das reestruturações para fazer uma disputa política e de poder entre diretorias, na medida em que reduz postos de trabalho em diversas capitais. No caso das GECEXs (Gerências Regionais de Comércio Exterior), que possuíam carteiras negocial e operacional, a concentração do operacional está sendo feita em Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte. A GECEX de Salvador, é um exemplo de redução. Já chegou a quase 100 funcionários, hoje tem menos de 25. Outras praças como Vitória, Fortaleza e Recife estão perdendo esses serviços para estados da região sudeste, gerando transtornos para quem terá que deslocar-se para outras localidades. Lideranças sindicais vêm acompanhando o processo reestruturante para preservar a comissão dos colegas e as remoções.